

1.1.6. História universidades

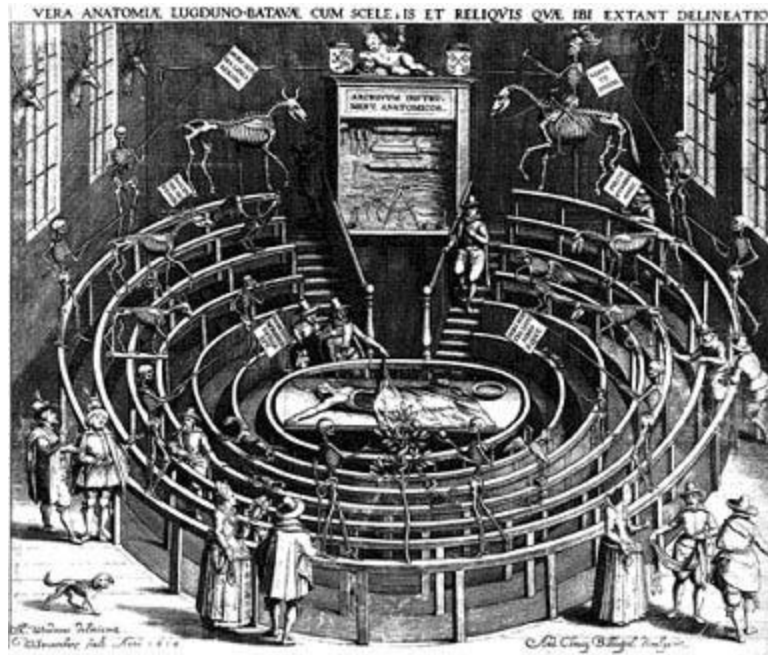
Um universitário de hoje talvez imagine que a ciência sempre foi parte integrante dessas instituições, mas a ciência chega relativamente tarde à comunidade universitária, vencendo muitas vezes grandes oposições.

A universidade antiga (medieval) tinha duas funções características:

- preparava os jovens – com o trivium (gramática, retórica e lógica) e o quadrivium (geometria, aritmética, música e astronomia), para a formação profissional ministrada em escolas
- preparava profissionais para três profissões distintas - teologia, medicina e direito.

A base proporcionada pelo trivium e quadrivium, que em conjunto formavam as sete artes liberais, era filosófica, retórica e matemática. Ensinava-se pouco e havia um professor para todas as matérias. A formação era liberal. Na prática, no entanto, as artes liberais assumiam freqüentemente mais importância dentro das universidades do que o ensino profissional, propiciando um desenvolvimento cultural e intelectual no interior das universidades que nem sempre se acomodava com facilidade à verdade religiosa, que era o fundamento legitimador da coexistência entre as universidades e a Igreja. Nas escolas profissionais aprendia-se cada carreira, mas sem base em investigação científica. O conhecimento adquirido era reverenciado como patrimônio imutável.

A revolução no pensamento científico ocorreu no século XVII extra-muros universitários. Grandes nomes da ciência como Kepler, Galileu, Boyle e Newton promoveram uma revolução no pensamento humano devido a sua busca pela compreensão do universo. Estes pensadores atuavam fora das universidades, que se mantinham impermeáveis à criação científica. As universidades resistiam à penetração da ciência, mas o mesmo não se pode dizer do público. A ciência despertava a curiosidade das pessoas mais ou menos cultas pela convivência dos cientistas em reuniões ou conferências, com demonstrações. Dificilmente se poderia distinguir o profissional do amador e fundavam-se sociedades muito ativas que difundiam a ciência. Mais tarde iriam ligar a técnica à ciência, impelindo até mesmo “cientistas puros” a procurar resolver problemas de natureza técnica.



Reunião científica com demonstração.

A pesquisa organizada teve início na França (Primeira Revolução Científica) onde primeiro se reconheceu a extensão das descobertas de Newton e a necessidade de organizar a investigação científica. Esse reconhecimento e essa incorporação se tornaram possíveis porque Luís XIV (1671) deu à Academia de Paris fundos suficientes e a responsabilidade de realizar pesquisas experimentais e difundir os resultados dessas investigações. Luís XIV, um administrador de escola, viu na ciência um papel de relevo para o progresso nacional e cuidou de institucionalizá-la.

A ciência adiantou-se na França, onde se desenvolveram a pesquisa, a divulgação e a aplicação técnica. Em 1800 era uma atividade organizada, sem igual no mundo.

A lição da França foi aprendida pela Alemanha e pela Inglaterra. Na Alemanha havia um robusto sistema universitário com liberdade de ensino e de filosofia e as idéias francesas foram rapidamente absorvidas. As universidades alemãs tornaram-se grandes centros de investigação científica, embora a investigação tecnológica permanecesse de fora. Depois dessa peregrinação, voltou à Inglaterra a semente que ela mesma produziu. A ciência integrou-se nas universidades inglesas e em pouco tempo floresceu e frutificou largamente.

A vida universitária moderna está ligada hoje indissolavelmente à ciência. Tornou-se uma indústria de conhecimento e de transmissão de ciência.

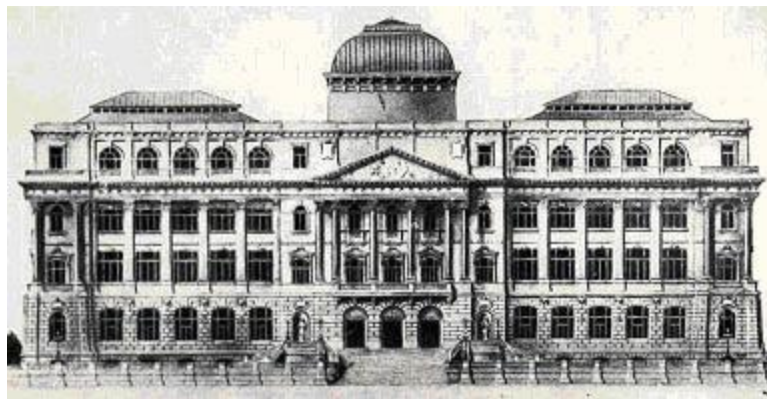
1.1.7. Universidades no Brasil

A transferência da família real para o Brasil transformou o país em sede da coroa portuguesa. Com a chegada da família real houve necessidade de implementação

de medidas administrativas, econômicas e culturais para estabelecimento da infraestrutura necessária ao funcionamento do império.

A criação dos primeiros estabelecimentos de ensino superior buscava formar quadros profissionais para os serviços públicos e administração do país. As áreas: medicina, engenharia e direito.

Em 1808, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino médico-cirúrgico de Salvador e do Rio de Janeiro. Criou-se a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e os primeiros periódicos científicos. Na cultura das universidades atuais estão presentes, formas de pensar e atuar que marcaram o tempo do império. A forma de buscar o novo nas universidades, por exemplo, ainda é feita muitas vezes à moda de Dom Pedro II. Este, vendo a necessidade de modernizar a ciência e tecnologia brasileira, viajava, se empolgava com o que via na Europa, e trazia modelos e profissionais para reformar as instituições brasileiras. A ele devemos o Imperial Observatório, o Museu Nacional, o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, o Laboratório do Estado, o Jardim Botânico e a Academia Imperial de Belas Artes.



A Biblioteca Nacional.

Pela necessidade de modernizar a ciência e tecnologia brasileira, no século XX surge a primeira universidade brasileira criada pelo governo federal, no Rio de Janeiro em 1920, que aglutinou as Escolas Politécnica, de Medicina e de Direito já existentes. Reunir escolas e/ou faculdades tornou-se uma marca do desenvolvimento do sistema de ensino universitário brasileiro. Baseadas na universidade do Rio de Janeiro foram criadas as universidades federais nos estados. A presença de oligarquias na criação das universidades e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados são apontadas como intimamente relacionados aos diversos caminhos trilhados pelas universidades brasileiras desde a sua criação. Para grande parte dos historiadores, a instauração de muitas universidades significou o desvio de recursos financeiros para os estados, local de prestígio político e de emprego para os filhos das elites.

A criação de universidades foi amplamente discutida por grupos sociais diversos no país. Havia três grupos atuantes no século XIX. A alta hierarquia do clero católico defendia a criação de uma universidade com hegemonia religiosa que ajudaria a aumentar os quadros intelectuais a serviço do projeto religioso. Esta universidade privilegiaria disciplinas como: Filosofia, a Tomista (conciliar o aristotelismo com o cristianismo); Teologia; Direito, com base na doutrina social da igreja; Letras;

Artes; e, quem sabe no futuro, alguns poucos setores tecnológicos. Os liberais privilegiavam os setores jurídicos de estudo, as áreas humanísticas e a medicina. Defendiam um projeto desvinculado de compromissos religiosos, inspirado na Revolução Francesa e na Revolução Industrial. Já os positivistas defendiam que "o Brasil não precisava de universidades, mas de ensino fundamental para as massas, sobretudo no campo tecnológico". Pregavam a criação de escolas técnicas e científicas que ensinassem as leis da natureza e os meios de aproveitá-las em favor da humanidade.

A ditadura militar também imprimiu suas marcas via Reforma Universitária. A reforma universitária (1968) foi um grande marco na história das universidades brasileiras. Esta reforma tinha como objetivos:

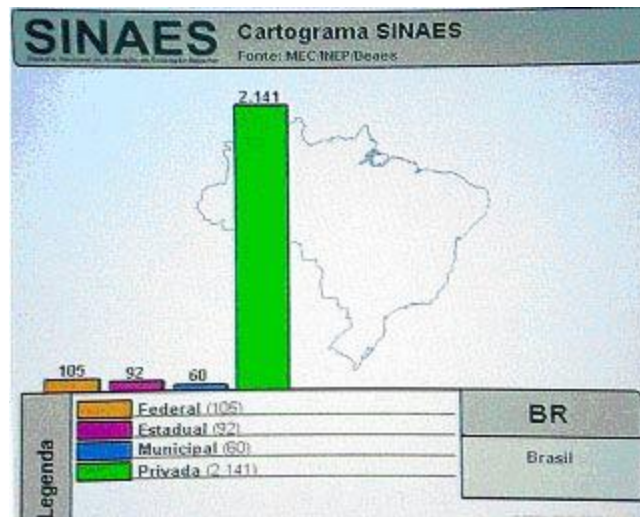
- modernizar a universidade para um projeto econômico em desenvolvimento, dentro das condições de 'segurança' que a ditadura pretendia.
- direcionar a universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior e cerceando a autonomia universitária.

Diversas medidas foram tomadas para alcançar tais metas, entre elas:

- a unificação do vestibular por região;
- o ingresso por classificação;
- o estabelecimento de limite no número de vagas por curso;
- a criação do curso básico;
- o oferecimento de cursos em um mesmo espaço, com menor gasto de material e sem aumentar o número de professores;
- a fragmentação e dispersão da graduação; o estabelecimento de matrícula por disciplina.

Até 1968, o sistema universitário brasileiro estava dividido entre universidades públicas financiadas pelo Estado (aproximadamente 31 universidades) e universidades privadas de caráter confessional. O chamado setor privado era composto por aproximadamente 11 universidades de inspiração católica e uma universidade presbiteriana. Universidade particular era sinônimo de universidade confessional, que cobrava pelos serviços educacionais, mas não poderia ter fins lucrativos. Ao contrário dos demais países da América Latina, que diante da demanda de democratização do ensino acabaram massificando as universidades públicas, o regime militar optou pelo investimento financeiro na formação de uma universidade pública de elite, voltada para a pesquisa. Promoveu-se a implantação de programas de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa acadêmica, estímulos para obtenção de graus acadêmicos e a manutenção de um número estável e restrito de alunos, impedindo desta forma a sua massificação.

Entretanto, a pressão social por vagas no ensino universitário era muito grande. Surgiram manifestações e mobilizações dos alunos que tinham conseguido entrar na universidade mas não estudavam, pois não havia vagas - "excedentes". O problema dos excedentes foi contornado com autorizações para abertura de novas escolas e permissão para as instituições já existentes aumentarem suas vagas.



Distribuição das Instituições de Ensino Superior no Brasil, Censo 2005.

Na década de 90, houve uma nova revolução no que diz respeito às opções para os cidadãos no campo acadêmico-universitário. O cenário das universidades, até então dominado pelas universidades públicas e pelas de cunho confessional, viu-se significativamente alterado com a entrada de um novo ator: as universidades particulares.

As instituições privadas tornaram-se opção de estudo superior para um número de alunos bastante elevado, liberando pontos de tensão existentes em um sistema elitista que não conseguia atender à demanda.

Atualmente se observa um grande crescimento do Ensino à Distância (EAD). Os resultados do Censo da Educação Superior de 2006 mostram um grande crescimento nos cursos de educação a distância. De 2003 a 2006 houve um aumento de 571% em número de cursos e de 315% no número de matrículas. Em 2005, os alunos de EAD representavam 2,6% do universo dos estudantes. Em 2006 essa participação passou a ser de 4,4%.

ESTATÍSTICAS GERAIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017